

# RESOLUÇÃO CEE 19/03

## RESOLUÇÃO Nº 019/2003/CEE

*Dispõe sobre normas para a oferta do Ensino Religioso e a habilitação e admissão de seus professores, nas escolas de ensino fundamental da rede pública.*

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso III, da Lei Estadual nº 2.656, de 08 de fevereiro de 1988 e tendo em vista o artigo 33 da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei Federal nº 9.475, de 22 de julho de 1997 e o Parecer nº 97/99/CNE/CP de 06 de abril de 1999, RESOLVE:

Art. 1º - O Ensino Religioso, de oferta obrigatória e matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, poderá ser oferecido através de módulos, seminários, conferências, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 2º - Os conteúdos do Ensino Religioso nas escolas de ensino fundamental da rede pública subordinam-se aos seguintes pressupostos:

- a) da concepção interdisciplinar do conhecimento, sendo a interdisciplinaridade um dos princípios de estruturação curricular e da avaliação;
- b) da necessária contextualização do conhecimento, que leve em consideração a relação essencial entre informação e realidade;
- c) da convivência solidária, do respeito às diferenças e do compromisso moral e ético;
- d) do reconhecimento de que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de um grupo social, cujo conhecimento deve promover o sentido da tolerância e do convívio respeitoso com o diferente;

e) de que o ensino religioso deve ser focado como área do conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania.

Art. 3º - O Ensino Religioso será incluído nas propostas pedagógicas das escolas, num processo participativo e de acordo com a realidade da comunidade escolar.

§ 1º - O aluno, se maior de idade, ou seus pais ou responsáveis, deverá efetivar sua opção por Ensino Religioso no ato da matrícula.

§ 2º - Caso seja inscrito em Ensino Religioso, o aluno só poderá se desligar por manifestação formal sua, se maior ou dos pais ou responsáveis.

§ 3º - A avaliação, aplicada aos alunos em Ensino Religioso como processo e parte integrante da proposta pedagógica, não interferirá na promoção do aluno.

Art. 4º - A carga horária dedicada ao Ensino Religioso deverá ser acrescida à carga horária anual mínima de 800(oitocentas) horas.

Art. 5º - Considera-se apto para o exercício do magistério do Ensino Religioso, o professor:

*graduado em Curso Normal Superior;*

portador de diploma de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento;

portador de diploma de Licenciatura Plena em Ensino Religioso.

§ 1º - Além das exigências contidas nos incisos I e II deste artigo, o professor deverá ser portador de Curso de Extensão ou Capacitação continuada em Ensino Religioso, com carga horária mínima de 360( trezentos e sessenta) horas, oferecidos por instituições de ensino devidamente autorizadas e credenciadas.

§ 2º - As Secretarias de Educação Estadual e Municipais deverão assegurar aos docentes que lecionam o Ensino Religioso a formação necessária exigida no parágrafo anterior.

Art. 6º - Compete a Secretaria de Estado da Educação, através de órgão próprio,

acompanhar e avaliar o processo de capacitação do professor para o Ensino Religioso, executado por entidades autorizadas e credenciadas, na forma do artigo anterior.

Parágrafo único – Para acompanhar e avaliar o processo de capacitação de que trata este artigo, a Secretaria de Estado da Educação poderá ser assessorada pelo Conselho de Ensino Religioso – CONER-SE ou por outra entidade de igual finalidade.

Art. 7º - A admissão de professores para a docência do Ensino Religioso, enquanto persistir a falta do docente devidamente habilitado, observará os critérios estabelecidos nos incisos I e II do art. 5º desta Resolução.

Parágrafo único – O prazo estabelecido para o disposto no caput deste artigo será de 02(dois) anos contados a partir da data da homologação desta Resolução.

Art. 8º - As escolas pertencentes à rede particular de ensino que optarem pelo oferecimento de Ensino Religioso deverão atender ao disposto nesta Resolução.

Art. 9º - Os casos especiais não contemplados pela presente Resolução serão submetidos ao CEE para análise e posterior deliberação.

Art. 10 – Esta Resolução, devidamente homologada, entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala Prof. Acrísio Cruz, em Aracaju, 08 de maio de 2003

**JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS**

Presidente

Homologado por decurso de prazo, em conformidade com o Art. 10, §§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 2.656/1988.

Publicada no D.O.E. do dia 26.11.2003

Biblioteca Pública Epifânio Dória/Prolongamento da Rua Vila Cristina, S/N/% 214-

2077 CEP 49020-150 Aracaju-SE/E-mail: creese@prodase.com.br